

A imortalidade da alma
83 questões diversas
Trivium

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430

A imortalidade da alma; 83 questões diversas; *Trivium* / Santo Agostinho; tradução de Agostinho Belmonte...[et al]. — São Paulo : Paulus, 2025.
(Coleção Patrística)

ISBN 978-85-349-5981-0

Títulos originais: De immortalite animae - De diversis quaestionibus octoginta tribos - Ars breviata - Regulae - De dialectica - De rhetorica

1. Teologia 2. Alma 3. Imortalidade 4. Linguística I. Título II. Belmonte, Agostinho

25-5590

CDD 230

Índice para catálogo sistemático:

1. Teologia

SANTO AGOSTINHO

A IMORTALIDADE DA ALMA
83 QUESTÕES DIVERSAS
TRIVIUM

Tradução:
AGOSTINHO BELMONTE, OAR (+)
ANTÔNIO PEREIRA JÚNIOR
FÁBIO FORTES
FERNANDO ADÃO DE SÁ FREITAS
HERES DRIAN DE O. FREITAS
MARCOS ROBERTO NUNES COSTA



Todos os direitos reservados pela Paulus Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Títulos originais:

De immortalite animae

Tradução e notas: Antônio Pereira Júnior (UERN) e Marcos Roberto Nunes Costa (UFPE)

Introdução: Marcos Roberto Nunes Costa

De diversis quaestionibus octoginta tribus

Tradução: Agostinho Belmonte, OAR (t)

Introdução: Heres Drian de O. Freitas

Notas: Agostinho Belmonte, OAR (t) e Heres Drian de O. Freitas

Ars breviata – De dialectica – De rhetorica

Tradução, introdução e notas: Fábio Fortes e Fernando Adão de Sá Freitas

Regulae

Tradução e notas: Heres Drian de O. Freitas

Direção editorial

Pe. Jakson Ferreira de Alencar

Gerência editorial

Elisa Zuigeber

Coordenação editorial e revisão de tradução

Heres D. de Oliveira Freitas

Revisão

Tiago José Risi Leme, Lucas Giron,
Carlos Antônio S. Maia

Design

Leonardo Cerretti

Impressão e acabamento

PAULUS

1ª edição, 2026



Conheça o catálogo PAULUS
acessando: paulus.com.br/loja,
ou pelo QR Code.
Televendas: (11) 3789-4000 /
0800 016 40 11

© PAULUS - 2026

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091

São Paulo (Brasil)

Tel.: (11) 5087-3700

paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-5981-0

APRESENTAÇÃO

Surgiu, pelos anos 1940, na Europa, especialmente na França, um movimento de interesse voltado para os antigos escritores cristãos, conhecidos tradicionalmente como “Padres da Igreja”, ou “Santos Padres”, e suas obras. Esse movimento, liderado por Henri de Lubac e Jean Daniélou, deu origem à coleção “Sources Chrésiennes”, hoje com centenas de títulos, alguns dos quais com várias edições. Com o Concílio Vaticano II, ativaram-se, em toda a Igreja, o desejo e a necessidade de renovação da liturgia, da exegese, da espiritualidade e da teologia a partir das fontes primitivas. Surgiu a necessidade de “voltar às fontes” do cristianismo.

No Brasil, em termos de publicação das obras desses autores antigos, pouco se fez. A Paulus Editora procura, agora, preencher esse vazio existente em língua portuguesa. Nunca é tarde ou fora de época para rever as fontes da fé cristã, os fundamentos da doutrina da Igreja, especialmente no sentido de buscar nelas a inspiração atuante, transformadora do presente. Não se propõe uma volta ao passado através da leitura e do estudo dos textos primitivos como remédio ao saudosismo. Ao contrário, procura-se oferecer aquilo que constitui as “fontes” do cristianismo, para que o leitor as examine, as avalie e colha o essencial, o espírito que as produziu. Cabe ao leitor, portanto, a tarefa do discernimento. A Paulus Editora quer, assim, oferecer ao público de língua portuguesa, leigos, clérigos, religiosos, aos estudiosos do cristianismo primevo, uma série de títulos

não exaustiva, cuidadosamente traduzida e preparada, dessa vasta literatura cristã do período patrístico.

6 Para não sobrecarregar o texto e retardar a leitura, procurou-se evitar as anotações excessivas, as longas introduções, estabelecendo paralelismos de versões diferentes, com referências aos empréstimos da literatura pagã, filosófica, religiosa, jurídica, às infindas controvérsias sobre determinados textos e sua autenticidade. Procurou-se fazer com que o resultado desta pesquisa original se traduzisse numa edição despojada, porém séria.

Cada obra tem uma introdução breve, com os dados biográficos essenciais do autor e um comentário sucinto dos aspectos literários e do conteúdo da obra, suficientes para uma boa compreensão do texto. O que interessa é colocar o leitor diretamente em contato com o texto. O leitor deverá ter em mente as enormes diferenças de gêneros literários, de estilos em que estas obras foram redigidas: cartas, sermões, comentários bíblicos, paráfrases, exortações, disputas com os heréticos, tratados teológicos vazados em esquemas e categorias filosóficas de tendências diversas, hinos litúrgicos. Tudo isso inclui, necessariamente, uma disparidade de tratamento e de esforço de compreensão a um mesmo tema. As constantes, e por vezes longas, citações bíblicas ou simples transcrições de textos escriturísticos devem-se ao fato de que os Padres escreviam suas reflexões sempre com a Bíblia numa das mãos.

Julgamos necessário um esclarecimento a respeito dos termos patrologia, patrística e Padres ou Pais da Igreja. O termo “patrologia” designa, propriamente, o estudo sobre a vida, as obras e a doutrina dos Pais da Igreja. Ela se interessa mais pela história antiga, incluindo também obras de escritores leigos.

Por “patrística” se entende o estudo da doutrina, das origens dela, suas dependências e seus empréstimos do meio cultural, filosófico, e da evolução do pensamento teológico dos Pais da Igreja. Foi no século XVII que se criou a expressão “teologia patrística” para indicar a doutrina dos Padres da Igreja, distinguindo-a da “teologia bíblica”, da “teologia escolástica”, da “teologia simbólica” e da “teologia especulativa”. Finalmente, “Padre ou Pai da Igreja” se refere a escritor leigo, sacerdote ou bispo, da Antiguidade cristã, considerado pela tradição posterior como testemunha particularmente autorizada da fé. Na tentativa de eliminar as ambiguidades em torno desta expressão, os estudiosos convencionaram em receber como “Pai da Igreja” quem tivesse estas qualificações: ortodoxia de doutrina, santidade de vida, aprovação eclesiástica e Antiguidade. Mas os próprios conceitos de ortodoxia, santidade e Antiguidade são ambíguos. Não se espera encontrar neles doutrinas acabadas, buriladas, irrefutáveis. Tudo estava ainda em ebulição, fermentando. O conceito de ortodoxia é, portanto, bastante largo. O mesmo vale para o conceito de santidade. Para o conceito de Antiguidade, podemos admitir, sem prejuízo para a compreensão, a opinião de muitos especialistas que estabelece, para o Ocidente, Igreja latina, o período que, a partir da geração apostólica, se estende até Isidoro de Sevilha (560-636). Para o Oriente, Igreja grega, a Antiguidade se estende um pouco mais, até a morte de São João Damasceno (675-749).

Os “Pais da Igreja” são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes e os dogmas cristãos, decidindo, assim, os rumos da Igreja. Seus textos se tornaram fontes de discussões, de inspirações,

de referências obrigatórias ao longo de toda a tradição posterior. O valor dessas obras que agora a Paulus Editora oferece ao público pode ser avaliado neste texto:

8

Além de sua importância no ambiente eclesiástico, os Padres da Igreja ocupam lugar proeminente na literatura e, particularmente, na literatura greco-romana. São eles os últimos representantes da Antiguidade, cuja arte literária, não raras vezes, brilha nitidamente em suas obras, tendo influenciado todas as literaturas posteriores. Formados pelos melhores mestres da Antiguidade clássica, põem suas palavras e seus escritos a serviço do pensamento cristão. Se excetuarmos algumas obras retóricas de caráter apologético, oratório ou apuradamente epistolar, os Padres, por certo, não queriam ser, em primeira linha, literatos, e sim arautos da doutrina e moral cristãs. A arte adquirida, não obstante, vem a ser para eles meio para alcançar esse fim. [...] Há de se lhes aproximar o leitor com o coração aberto, cheio de boa vontade e bem-disposto à verdade cristã. As obras dos Padres se lhe reverterão, assim, em fonte de luz, alegria e edificação espiritual (B. ALTANER E A. STUIBER, *Patrologia*, São Paulo: Paulus, 1988, p. 21-22).

A Editora

A IMORTALIDADE DA ALMA

Tradução e notas: Antônio Pereira Júnior (UERN)
e Marcos Roberto Nunes Costa (UFPE)

Introdução: Marcos Roberto Nunes Costa

INTRODUÇÃO

Conforme chama a atenção o comentador Roland J. Teske,

Desde os diálogos de Cassiciaco, a alma humana constituiu um dos principais focos de interesse de Agostinho.¹ Em *Soliloquios* 1,7, ele afirma querer conhecer só Deus e a alma e, em seus outros diálogos de juventude, escritos em Cassiciaco, e nos que se seguiram imediatamente seu batismo, concentrou-se na felicidade da alma (*De beata vita*), em sua capacidade de alcançar conhecimento e sabedoria (*Contra academicos*), em sua imortalidade (*De immortalitate animae*), em sua grandeza (*De animae quantitate*), em sua liberdade (*De libero arbitrio*) e em seu culto a Deus (*De vera religione*).²

É nesse contexto que devemos enquadrar o pequeno tratado sobre a *Imortalidade da alma* (*De immortalitate animae*), a única obra de Agostinho anterior ao batismo (entre o final de 386 e início de 387) que não foi escrita em forma de diálogo.

O caráter excessivamente racional (filosófico) com que tratou a questão que dá origem ao título, deixando transparecer

¹ Igualmente diz Sérgio Ricardo Strefling: “A alma é, sem dúvida, um dos problemas que mais interessou a Santo Agostinho e, embora seja um dos problemas centrais em toda a sua volumosa obra, trata-se de um tema que suscita muitíssimas questões e, nem sempre, com satisfatórias respostas” (S.R. STREFLING, “Os sete graus de atividades da alma humana no *De quantitate animae* de Santo Agostinho”, *Trans/Form/Ação* 37/3 [2014] 179-200, p. 179). [Esta nota é inserção nossa, não consta no texto de Roland J. Teske.]

² R.J. TESKE, SJ, “Alma”, em A. FITZGERALD, OSA (org.), *Agostinho através dos tempos: uma enciclopédia*, São Paulo: Paulus (Filosofia Medieval), 2019, 99-103, p. 99. Nesse texto, as obras agostinianas entre parênteses aparecem abreviadas. Porque o leitor pode não conhecê-las ou não ter uma sua lista em mãos, nós as citamos por extenso.

uma forte influência do platonismo, deu margem para suspeitas de que se tivesse distanciado da doutrina cristã. De fato, ao longo da obra não faz nenhuma citação bíblica e refere-se a Deus por apenas duas vezes. Mas, diz o próprio Agostinho, mais tarde, em suas *Retratações*,³ que, de algum modo, contra sua vontade, a obra foi publicada. Talvez por isso tenha sido objeto de muitas objeções ou correções em obras posteriores, dentre as quais as próprias *Retratações*.

O certo é que o *De immortalitate animae* é a primeira obra em que Agostinho fala especificamente da alma. Essa seria seguida imediatamente (já no ano seguinte, 388) por outra sobre a mesma matéria, o diálogo *Sobre a potencialidade da alma* ou *Sobre a grandeza da alma* (*De quantitate*⁴ *animae*), na qual investiga diversas questões sobre a alma, particularmente acerca de sua natureza espiritual e sua gradual capacidade de ascensão rumo à contemplação de Deus. Dois anos depois, entre 391-392, voltou ao tema, escrevendo o tratado sobre *As duas almas, contra os maniqueus* (*De duabus animabus contra Manichaeos*), em que rejeita a existência ontológica de duas almas no homem, conforme defendiam os maniqueus: uma, emanada do princípio do bem (a Luz), e outra, do mal (a matéria). Mais tarde, entre 419 e 421, Agostinho voltou a escrever mais uma obra específica dedicada ao tema da alma, o tratado sobre *A alma e sua origem* (*De anima et eius origine*), em resposta aos questionamentos de Vicente Victor, da Mauritânia, um leigo devoto ligado ao rogacianismo (grupo dissidente do danatismo),⁵ recém-convertido ao catolicis-

³ 1,5,1 (São Paulo: Paulus [Coleção Patrística – PatrPaulus –], vol. 43, 2023, p. 32).

⁴ Nas duas versões brasileiras, a editora Vozes (Petrópolis, 2013) traduz essa palavra por “potencialidade” e a editora Paulus (PatrPaulus 24, 2015), por “grandeza”.

⁵ O donatismo foi um movimento cismático no seio da Igreja, liderado por Donato, o qual pregava uma Igreja (no sentido eclesiástico da palavra, ou seja, de clérigos)

mo, e que havia lido a *Epístola* 192, escrita por Agostinho em 418, em que discute a questão da origem da alma dos demais homens depois de Adão e da transmissão do pecado original, e interpretou-a como se Agostinho tivesse aderido à hipótese do traducionismo⁶ – movimento que defendia que as almas humanas propagavam-se a partir da alma de Adão, contrariamente à teoria criacionista, que apregoa serem as almas criadas individualmente. Em 415, porém, Agostinho já havia escrito a esse respeito uma *Epístola* a São Jerônimo (*ep.* 166) intitulada *A origem da alma* (*De origine animae*), bem como discutido sobre essa e outras questões em diversas partes de outras obras, como no livro 7 do *Comentário literal ao Gênesis* (*De Genesi ad litteram*), escrito entre 401 e 415, dedicado exclusivamente a questões diversas acerca da alma.

Mas, voltando a *A imortalidade da alma*, o que levou Agostinho, na maturidade – em suas *Retratações* –, a colocar sob suspeita sua própria obra? Basicamente o fato de ter dado a essa um caráter excessivamente filosófico-racionalista, sob forte influência das obras de Platão, notadamente do

só de santos ou perfeitos, radicalizando sua tese a ponto de defender a exclusão do seio da Igreja de todos os clérigos que por ventura viessem a ser declarados impuros e, conseqüentemente, a anulação de todos os sacramentos por eles ministrados. Agostinho, ao contrário, defendeu que a Igreja Católica, apesar de fundada por Cristo, em seu peregrinar aqui na terra, é formada por homens, comportando, portanto, em seu seio santos e pecadores, e que os sacramentos celebrados independem da conduta moral de cada um, pois são apenas instrumentos do verdadeiro ministrante, a saber, Cristo, ou seja, embora o homem celebre os sacramentos, quem verdadeiramente os realiza, casa, batiza etc., é Cristo.

⁶ “Doutrina pela qual a alma dos filhos deriva da alma dos pais como um ramo deriva (traduz) de uma árvore [...]. A mesma doutrina foi, às vezes, indicada com o nome de geracionismo. A doutrina contrária, de que toda alma seja criada ex-novo chama-se criacionismo” (N. ABBAGNANO, *Dicionário de filosofia*, trad. Alfredo Bossi, São Paulo: Mestre Jou, 1970, p. 929).

Fédon e do *Fedro*,⁷ as quais estão entre as poucas obras de Platão que Agostinho leu diretamente, através de traduções existentes em sua época, já que não lia em grego.

Percebe-se essa influência platônica logo no primeiro capítulo, onde encontramos os três tipos de argumentos que nortearão toda a obra, os quais estão assentados, por sua vez, nos três tipos de argumentos de Platão a favor da imortalidade da alma, a saber, o “argumento dos contrários excludentes”, segundo o qual o conhecimento racional é eterno e pode existir unicamente em um objeto (ser) que deve existir sempre, pois “aquilo que existe não pode existir em um lugar que não exista” (1), que Agostinho foi buscar no *Fédon* (70c-72e; 102b-107b); o “argumento da semelhança” entre a natureza da alma e a natureza das ideias nela contidas, segundo a qual “qualquer ser no qual algo [dessa natureza] exista deve ser imortal, assim, o ser no qual se encontra a ciência é imortal (1), inspirado também no *Fédon* (77b-80b); e o “argumento da recordação”, construído a partir da “teoria da reminiscência” de Platão, apresentada no *Fédon* (72e-77a) e no *Mênon* (81 a-d), em que Agostinho afirma que “o correto raciocínio é aquele cujo pensamento parte do certo para descobrir o incerto, e nada certo há na alma que essa ignore. Pois tudo que a alma conhece ela possui em si” (1). Teoria essa que mais tarde, nas obras da maturidade, Agostinho substituirá pela “teoria da iluminação divina”.⁸ Soma-se a esses três “ar-

⁷ Os textos de Platão citados nesta introdução e nas notas de nossa tradução podem ser encontrados em PLATÃO, *Fédon – Banquete – Fedro*, em ID., *Diálogos*, trad., introd. y notas de C. Garcia Gual, M. Martín Hernández y E. Lled Iñigo, 9 vol., Madrid: Editorial Gredos, vol. 3, 1988.

⁸ Vale salientar, entretanto, que se no opúsculo sobre *A imortalidade da alma* Agostinho aceita parcialmente a “teoria da reminiscência platônica”, mais tarde, nas obras da maturidade, terá que substituí-la pela “teoria da iluminação divina”, haja vista que aquela estava intimamente associada a “teoria da reencarnação ou

gumentos” a concepção platônica de alma como princípio de vida do corpo, força motora dos movimentos deste último, elaborada no *Fedro* (245d-246a), apresentada por Agostinho já no início do segundo capítulo, mas desenvolvida plenamente nos capítulos 7-9. Esses e outros argumentos são explorados exaustivamente por Agostinho ao longo dos demais capítulos de *A imortalidade da alma*.

Por tudo isso, o supracitado comentador Roland J. Teske considera que “provavelmente seja impossível determinar se Agostinho continuou a considerar válidos os argumentos expostos do *De immortalitate animae*. O que é claro é que sua reflexão posterior sobre a imortalidade da alma está inseparavelmente ligada à fé na ressurreição do corpo”,⁹ ou seja, nas obras posteriores, à questão da imortalidade da alma será acrescentada uma dimensão teológica, que se agregará e ponderará o caráter excessivamente filosófico da primeira obra.

metempsicose”, advinda dos mitos órficos, que é a tese da transmigração (reencarnação) da alma em vários corpos, em várias existências, como forma de expiração pelos males cometidos em vidas passadas, a qual Platão aceita plenamente e Agostinho rejeita categoricamente.

⁹ R.J. TESKE, SJ, “Immortalitate animae, De”, em A. FITZGERALD, OSA (org.), *op. cit.*, p. 535. Agostinho ressalta a ressurreição dos corpos, como condição indispensável para imortalidade da alma, já que só ao conjunto desses dois elementos podemos chamar de homem. A esse respeito, a comentadora Maria Laura Bettencourt Pires, diz que: “Uma das áreas relevantes da crítica agostiniana ao platonismo é justamente a relativa à alma. Para além de recusar a conotação de Deus com uma alma universal, Santo Agostinho rejeita algumas doutrinas platônicas sobre as almas humanas, tais como: a transmigração, a reencarnação, a pré-existência das almas à sua união com os corpos e a imortalidade da alma separada do corpo, que, para o autor de *A cidade de Deus*, é uma doutrina incongruente com a escatologia da ressurreição. É neste domínio da filosofia da alma que Santo Agostinho mais se afasta de posições que assumira em obras anteriores, afirmando que a morte física significa a separação da alma do corpo e que uma morte moral traduz a separação da alma de Deus” (M.L.B. PIRES, “Editorial”, *Gaudium Sciendi* 6 [O conceito de alma: do antigo Egípto ao mundo de ‘Matrix’] [2014] 21-41, p. 36-37).